



O DESENVOLVIMENTO DO EXTERNALISMO SEMÂNTICO*

Hilary Putnam

Departamento de Filosofia, Universidade Harvard

Tradução por Alexandre M. Fonseca

Universidade Federal de Santa Maria
amf.ufsm@gmail.com

Resumo: Nesta conferência, descrevo o caminho que me levou ao “externalismo semântico” pelo qual estou sendo homenageado com o Prêmio Rolf Schock. Embora meu interesse em linguística remonte aos meus tempos de graduando, foram conversas com Jerrold Katz e Jerry Fodor no MIT (onde nós três lecionávamos à época) nos anos 1960 que levaram a um esforço, por parte dos três, com vistas ao desenvolvimento de teorias semânticas. Minha própria direção era falsa, pelo que vejo hoje; na época nós três defendíamos a concepção “internalista” de que o significado de uma palavra é fixado por uma “bateria de regras semânticas” implicitamente conhecidas por cada falante. Descrevo como fui levado a perceber que isso não poderia estar correto, e finalmente às concepções que defendi em “The meaning of ‘meaning’”.

Palavras-chave: Semântica. Revoluções científicas. Definições. Externalismo. Analiticidade. Concepção funcionalista de mente. Percepção.

* * *

Quando recebi um telefonema em março passado informando-me que a Academia Real Sueca de Ciências escolhera-me para receber o Prêmio Rolf Schock em Lógica e Filosofia, fui pego completamente de surpresa. Embora os Prêmios só serão efetivamente entregues amanhã à noite, este Simpósio é minha primeira oportunidade de expressar minha satisfação e gratidão aqui em Estocolmo, o que me encanta.

* Traduzido do original “The development of externalist semantics”, *Theoria* 79 (2013): 192-203 (© 2013 Stiftelsen Theoria), disponível em:

<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/theo.12018/abstract>. Os direitos para a publicação desta tradução foram graciousamente cedidos pela editora John Wiley & Sons, Inc. e pelo autor, que não se responsabilizam por sua qualidade ou correção. A tradução foi revisada por Rogério P. Severo (UFMS).

A nota enviada à imprensa após o telefonema declara que Hilary Putnam foi premiado “por sua contribuição para a compreensão da semântica para termos teóricos e de ‘espécies naturais’, e das implicações dessa semântica para a filosofia da linguagem, teoria do conhecimento, filosofia da ciência e metafísica”. Hoje quero descrever o caminho que me levou ao trabalho pelo qual estou sendo homenageado, incluindo ao menos uma ideia errada que tive de superar.

Meu interesse em linguística

Meu interesse em linguística é quase tão antigo quanto meu interesse em filosofia. Este último remonta aos meus tempos de ensino médio, quando eu e dois ou três amigos fundamos um pequeno clube de filosofia, e eu segui adiante para uma graduação em filosofia na Universidade da Pensilvânia. Não sei como fiquei sabendo que havia lá uma pequena “seção” autônoma no Departamento de Antropologia chefiada por Zelig Harris chamada “Análise Linguística”, mas de fato fiquei sabendo disso, e a partir do meu segundo ano na universidade fiz todos os cursos oferecidos por Harris. (Noam Chomsky era um de meus colegas de aula.) Harris não estava naquela época ensinando sua própria concepção de semântica. Seja como for, o que aprendi foram suas técnicas para descrever a sintaxe de uma linguagem natural, e do mesmo modo a primeira publicação famosa de Chomsky, *Syntactic structures*, era inteiramente dedicado à sintaxe. A julgar pela minha própria experiência de vários anos, “significado” era um tópico discutido por filósofos, não por linguistas. O único curso sobre o tópico que tive enquanto estudante, de fato, foi um curso sobre *Meaning and necessity* de Carnap ministrado por Morton White, que, junto com C. West Churchman, era meu principal mentor em filosofia na “Penn”.

Fui para a pós-graduação, é claro (na UCLA), e tornei-me filósofo analítico e filósofo da ciência (e, principalmente por conta própria,¹ também um matemático). Meu primeiro artigo publicado intitulava-se “Synonymity, and the analysis of belief sentences” (Putnam, 1954) e esse título pode levá-lo a achar que eu estava já focado em questões semânticas, o que não é o caso. Aquele artigo desenvolveu-se a partir de uma conversa com Carnap sobre uma crítica devida a Benson Mates ao critério de sinonímia (para frases, não para palavras isoladas) que Carnap propusera. Sugeriu que a crítica de Mates poderia ser respondida incluindo-se a forma lógica de uma frase entre os seus componentes-significativos, e Carnap incentivou-me a publicar essa proposta, o que fiz. Mas isso era tudo o que havia.

Meu interesse em semântica, embora à época não teria usado essa palavra, realmente começou no outono de 1957, quando Herbert Feigl me convidou para passar meu semestre de licença da Princeton no seu Centro Minnesota para Filosofia da Ciência. Na primavera seguinte, Paul Ziff, que estava de licença de Harvard onde era professor, conduziu um seminário em Princeton naquilo que se tornou seu livro, *Semantic analysis* (Ziff, 1960), do qual participei junto com alguns de meus estudantes, incluindo Jerry Fodor e Jerrold Katz, e essas duas coisas, o semestre no Centro de Feigl e o impacto do curso de Ziff, juntos me levaram a mudar meu ponto de vista filosófico.

No Centro de Feigl em 1957, eu era o único defensor (mesmo parcial) do ceticismo quineano acerca da distinção analítico-sintético, e o único crítico do

¹ O único curso de matemática que tive na pós-graduação, de fato, foi um curso de Teoria Ideal em Harvard em 1948-1949. Aprendi lógica matemática resolvendo problemas postos a mim por Georg Kreisel, quando me tornei professor na Universidade de Princeton, iniciando em 1953, e, após publicar vários artigos em periódicos de lógica e matemática, fui contratado definitivamente pelos departamentos de filosofia e de matemática em Princeton em 1959.

“convencionalismo” de Adolph Grünbaum na filosofia da geometria (Putnam, 1959). Apreciei minhas discussões com todos os membros do Centro (incluindo Paul Feyerabend, que era o outro jovem visitante no Centro naquele semestre), mas minha principal atividade era escrever o primeiro esboço de um artigo intitulado “The analytic and the synthetic” (Putnam, 1962). As conclusões de “The analytic and the synthetic” estão intimamente conectadas com aquilo que posteriormente foi chamado de “externalismo”.

Naqueles anos, as décadas de 1950 e 1960, jovens filósofos analíticos tendiam a ser partidários do positivismo lógico ou partidários da “filosofia da linguagem comum” de Oxford. Embora meu *Doktorvater*, Hans Reichenbach, fosse um positivista lógico,² eu já tinha sérias dúvidas sobre ambos os movimentos. Os filósofos da “linguagem comum” conheciam pouco, e na sua maior parte se importavam menos ainda com a ciência, enquanto o pensamento dos positivistas lógicos de que os termos nas teorias científicas, incluindo termos geométricos tais como “distância”, tinham seus significados fixados por “definições”, que eles por vezes tomavam por definições operacionais (“definições coordenadoras”) e por vezes por enunciados teóricos tais como “ $e = 1/2mv^2$ ” (como uma definição de “energia cinética”). Sempre que uma revolução científica nos forçava a revisar aquelas “definições” – algo que eles reconheciam já ter acontecido mais de uma vez –, seguia-se, na concepção deles, que a referência desses termos mudava. Por exemplo, na física do século XIX, a energia cinética de um objeto era definida como metade do produto de sua massa e o quadrado de sua velocidade, $1/2mv^2$. Mas de acordo com a relatividade especial de Einstein, a energia cinética (a energia relativística total menos o famoso mc^2) não é *exatamente* $1/2mv^2$, mas aquela correção a mais que é minúscula quando a velocidade v é minúscula comparada à velocidade c da luz. Argumentei, contudo, que “energia cinética” não se refere a *uma* magnitude física em 1899 (a saber, $1/2mv^2$) e a uma magnitude *diferente* ($1/2mv^2$ mais a correção relativística) em 1905; em vez disso, disse, estávamos falando da *mesma* magnitude naqueles dois anos, mas passamos a ter *uma ideia mais precisa da natureza daquela magnitude*. E similarmente, argumentei que quando os físicos abandonaram a ideia de que átomos são pequenos sistemas solares (o modelo de Bohr), eles não *mudaram a referência* do termo “átomo”; em vez disso, eles chegaram a uma melhor compreensão do que os átomos *são*.

Dois pontos são essenciais aqui, se quisermos compreender a conexão com o “externalismo” semântico: *primeiro*, a ideia de que termos têm de ter definições precisas e imutáveis, e que são essas definições que fixam suas referências, tem de ser abandonada. *Segundo*, é uma combinação de teorias e experimentos que nos diz ao que nossos termos se referem, e não “definições” imutáveis. Uma vez que os resultados dos experimentos dependem do ambiente externo, bem como o destino das teorias que testamos com aqueles experimentos, um modo de expressar isso é que os termos que discuti em “The analytic and the synthetic” (por exemplo, “energia”, “átomo”) têm suas referências fixadas pelo próprio ambiente, e não apenas pelo que se passa em nossas cabeças. Mas não foi assim que pensei sobre o assunto na época, e foi por isso que dez anos tiveram de se passar antes de eu chegar ao “externalismo semântico”.

² Na verdade, Reichenbach não gostava do termo “positivista”, porque ele associava-o com a concepção de que todos os conceitos científicos referem-se, embora indiretamente, a dados de sentidos [*sense-data*] humanos, que era algo em que ele não acreditava. Ele preferia “empirista lógico”.

Como mencionei, o primeiro esboço de “The analytic and the synthetic” foi escrito no final de 1957; meu primeiro artigo explicitamente “externalista semântico”, “Is semantics possible?” (Putnam, 1970), foi escrito dez anos depois. Uma razão para esse substancial lapso temporal é que pensei de “The analytic and the synthetic” como um artigo apenas sobre uma questão limitada em semântica, a saber, aquilo que estava certo e aquilo que estava errado no famoso ataque de Quine à distinção analítico-sintético. (A moral que extraí dessa história foi que enquanto Quine estava errado em negar que há quaisquer termos definíveis analiticamente na linguagem – defendi, e ainda defendo, a ideia de que há uma razão para se dizer que “Todo solteiro é não-casado” é um enunciado analítico – a noção de verdade analítica não poderia carregar o peso colocado nele por Russell, Frege, e pelos positivistas lógicos, todos eles tendo afirmado que as verdades da matemática são analíticas, e alguns deles tendo também pensado que “ $e = 1/2mv^2$ ” é analítica na física clássica e que Einstein – por boas razões, com certeza – “mudou a definição”.) Contudo, a ideia de teorizar sobre a “semântica” como tal estava longe da minha mente. Afinal de contas, a linguística que eu conhecia não incluía tal campo, enquanto que “semântica” na filosofia analítica da época referia-se predominantemente à parte da lógica que trata da análise formal de Tarski da noção de verdade. Para explicar como a semântica veio a se tornar uma questão para mim e para alguns de meus estudantes (particularmente para Jerrold Katz e Jerry Fodor), preciso descrever o seminário de Paul Ziff.

A teoria de Ziff, que discutimos durante horas todos os dias na primavera de 1958, tem sido amplamente ignorada pelo desenvolvimento da linguística e da filosofia da linguagem, mas contém *insights* importantes, mesmo que excentricamente formulados.³ Não se tratava de uma teoria da *compreensão*; assim, diferente do *Word and object* de Quine (1960) ao qual ele estava claramente respondendo, ela não pressupunha um skinnerianismo ou qualquer outra teoria psicológica. Tampouco Ziff tentou mostrar como a semântica poderia ser realizada sem a noção de “significado”, como Davidson (1967) tentou fazer em um famoso ensaio publicado no mesmo ano. Em vez disso, estava interessado na questão de em que tipo de *evidência* um linguista tentando escrever um léxico para uma linguagem (ou uma linguagem familiar, ou uma previamente desconhecida) poderia se basear, e como tal evidência poderia ser organizada. (Nesse respeito, o *Semantic analysis* de Ziff assemelha-se a *Word and object*, mas com uma ideia mais realista do que a evidência linguística é.) A ideia de tentar descrever como um verbete de dicionário ideal⁴ para uma palavra poderia parecer, e qual evidência seria relevante, era central para o meu “The meaning of ‘meaning’” e seu predecessor “Is semantics possible?”, embora as conclusões que alcancei fossem bastante diferentes. Mas principalmente era a pura *ambição* do projeto de Ziff que nos impressionava. Como Jerrold Katz (1962, p. 52) disse posteriormente de *Semantic analysis*, tratava-se de “uma obra pioneira, pois foi a primeira a propor uma teoria do significado baseada em dados empíricos para lidar sistematicamente com os vários tópicos que são

³ Um desses *insights* é que uma propriedade pode estar linguisticamente associada a um termo de espécie natural embora a propriedade esteja apenas contingentemente, não analiticamente, associada à espécie relevante. Por exemplo, as propriedades *listrado* e *quadrúpede* estão associadas ao substantivo *tigre*, mas não é analítico que todos os tigres são listrados, e é possível que sequer seja verdadeiro que não existam tigres de três patas. “Tigres são listrados” e “Tigres são quadrúpedes” são “regularidades de estado” na terminologia de Ziff. Não preservei a terminologia, mas as observações de Ziff me levaram à noção de um estereótipo em “The meaning of ‘meaning’”.

⁴ Quero dizer “ideal” de um ponto de vista estritamente linguístico, sem nenhuma conotação filosófica ou behaviorista, é claro.

parte da temática do significado, e buscar ajustar tal teoria à moldura mais ampla da linguística estrutural”.

Após o seminário de Ziff, em 1958-1959 e 1959-1960, trabalhei principalmente em um problema matemático famoso, o Décimo Problema de Hilbert, e em 1960-1961, tendo finalmente sido contratado em definitivo na matemática e na filosofia em Princeton, finalmente tive um ano inteiro de licença, que devotei mais uma vez principalmente à lógica matemática. Mas em 1961 deixei Princeton para me tornar Professor de Filosofia da Ciência no MIT, onde também tive a oportunidade de contratar vários filósofos, e criar o que foi primeiramente uma “seção de filosofia” no Departamento de Humanidades do MIT, e posteriormente um Departamento de Filosofia autônomo (e ainda mais tarde metade do Departamento de Filosofia e Linguística do MIT). Dentre os filósofos contratados pelo MIT por minha recomendação estavam os “dois Jerries”, Jerry Fodor e Jerrold Katz. Um tópico principal de discussão entre nós três era a questão que Paul Ziff nos colocou: como uma área chamada “semântica” se pareceria? Como poderíamos assentar os fundamentos (para usar as palavras de Katz que citei há pouco) de “uma teoria do significado baseada em dados empíricos para lidar sistematicamente com os vários tópicos que são parte da temática do significado”, e que poderiam “buscar ajustar tal teoria à moldura mais ampla da linguística estrutural?”.

Embora no curso do tempo Fodor, Katz, e eu viéssemos cada um a propor respostas bem diferentes para aquela questão, no início todos concordávamos, e foi minha compreensão posterior de que aquilo sobre o que concordávamos naqueles anos no MIT⁵ tinha de estar *errado* que me levou ao “externalismo”. Concordávamos que o significado de uma palavra poderia ser dado por “regras semânticas” (Putnam, 1965),⁶ e trabalhávamos no problema de dizer com o que tais regras poderiam se parecer. Mas enquanto isso era uma preocupação de tempo integral para Katz e Fodor, eu estava nessa época (1961-1965) fazendo lógica matemática a maior parte do meu tempo, e também começando a aplicar conceitos da ciência da computação à filosofia da mente,⁷ e assim abandonei quase que completamente a semântica por um tempo, exceto pelas conversas que descrevi. Mas quando decidi lecionar um curso de filosofia da linguagem em Harvard em 1967, retornei ao tema, e descobri que estava insatisfeito com a ideia que os “dois Jerries” e eu compartilhávamos, que se pode enunciar “regras semânticas” com as propriedades que (1) elas são em algum sentido “internalizadas” por todo falante competente; e (2) elas determinam o significado de qualquer palavra no repertório dele ou dela. Essas foram ideias erradas que tive de superar até chegar ao “externalismo”.

Reconsiderando tais ideias em 1967, relembrei que Locke uma vez afirmou que “ouro” é sinônimo de “metal amarelo, precioso, incorruptível, solúvel em *aqua regia*,”⁸ e refleti que eu não tinha nenhuma ideia do que “*aqua regia*” é, e assim isso

⁵ Deixei o MIT por Harvard em 1965.

⁶ Falo sobre “regras semânticas” em (1965, pp. 216-222 e em pp. 126-131) de *Mind, language and reality* (Cap. 6, 1975). Esse é o texto de uma palestra que ministrei no Colóquio Boston em Filosofia da Ciência em 12 de dezembro de 1963.

⁷ Embora já tivesse publicado “Minds and machines” (Putnam, 1960), “Robots, machines or artificially created life” (Putnam, 1964) foi escrito enquanto estava no MIT.

⁸ Locke disse coisas diferentes sobre “nossa ideia de ouro” em lugares diferentes. Em um lugar, ele escreve “Aquele que examinar sua ideia complexa de ouro, encontrará várias das ideias que a compõem como sendo apenas poderes; como o poder de ser derretido, mas não de consumir-se no fogo; *de ser dissolvido em aqua regia*, são ideias necessárias para construir a nossa ideia complexa de ouro, como sua cor e peso: que, se devidamente consideradas, são nada além de poderes diferentes” (Locke, *Um ensaio sobre o entendimento humano*, II.xxiii.10; ênfase acrescentada). Mas

não poderia ser possivelmente o que eu (ou a maioria dos outros falantes do inglês) *quer dizer* por “ouro” (Putnam, 1965, pp. 217-218).

O problema com o qual me deparei era esse: se o significado da palavra *ouro* é dado por uma bateria de regras semânticas, como Katz, Fodor, e eu tínhamos todos suposto, *o que são essas regras?* Eu excluía “‘ouro’ é o nome de um metal precioso”, “‘ouro’ é o nome de um metal amarelo”, na verdade, tudo exceto “‘ouro’ é o nome de um metal” em “How not to talk about meaning” (Putnam, 1965, pp. 217-218) e claramente “‘ouro’ é o nome de um metal” não é suficiente como uma descrição do significado da palavra.

Descobri-me levado a uma ideia que era totalmente nova para mim, e aparentemente para outros filósofos também: *nada* que está na cabeça de um falante médio é suficiente para determinar ao que a sua palavra *ouro* se refere. Significados não estão na cabeça.

Ora, se não estão na cabeça, onde estão? É claro, o cérebro *está* na cabeça, e o cérebro tem de passar por mudanças apropriadas (maturação, e todos os vários efeitos de aculturação) antes de alguém poder falar uma linguagem natural. “Significados não estão na cabeça” não significa que o cérebro não tenha nada a ver com competência semântica. Mas o que fixa os significados das palavras de um falante não é apenas o estado do seu cérebro; a referência de nossos termos é geralmente fixada por duas coisas que a filosofia da linguagem clássica ou ignorou ou menciona apenas como uma reflexão secundária [*afterthought*]: *as outras pessoas o e mundo*.

Você pode ter notado que acabo de mudar de “significado” para “referência”; eles não são o mesmo, mas estão intimamente conectados. Considere: falantes típicos do inglês moderno que têm apenas uma ideia vaga da aparência de um olmo. Eles dependem de outras pessoas, particularmente de especialistas, que determinem para eles que árvores são “olmos”, e se há uma ilha em algum lugar em que um dialeto do inglês é falado em que a palavra “olmo” é o nome de uma espécie diferente de árvore, digamos, faias, então diríamos que nessa ilha “olmo” significa *faiá*. Para palavras de espécies naturais, por exemplo, nomes de espécies biológicas e nomes de substâncias, uma diferença na referência *conta como* uma diferença em significado.⁹

Um problema de conceber a referência de minhas palavras como algo fixado pelo modo como meu cérebro está “programado” é que essa concepção individualista ignora *a divisão do trabalho linguístico*. Não apenas sou incapaz de distinguir confiavelmente olmos de outras espécies de árvore, o fato é que *não tenho de ser capaz de fazer isso por mim mesmo*. Se preciso saber se uma espécie particular de árvore é um olmo, posso perguntar a alguém que tem mais conhecimento que eu.

No caso de nomes de substâncias, metais, por exemplo, a divisão do trabalho linguístico é ainda mais óbvia – ou é óbvia uma vez apontada – evidentemente que não era óbvia a Locke, com seus vários esforços de dizer que a “ideia” de ouro é aquela que nós falantes do inglês supostamente possuímos, ou a mim quando

em outro lugar ele diz que a essência nominal do nome “ouro” “é a Ideia complexa do que a palavra Ouro representa, que seja, por exemplo, um Corpo amarelo, de um certo peso, maleável, fundível e fixo” (*Um ensaio sobre o entendimento humano*, III.vi.2). Mas a mesma objeção se aplica: eu não tenho ideia alguma do “certo peso” que o ouro tem, e assim, de acordo com Locke, eu não conheço a essência nominal, isto é, o significado da palavra.

⁹ A extensão de um termo para espécie natural, que é o conjunto de coisas verdadeiras do termo, é um dos componentes do seu “vetor de significado”, na teoria que propus em “The meaning of ‘meaning’”.

pensei que a referência de ouro tem de ser fixada por “regras semânticas” que todo falante competente tacitamente conhece. Há muitas pessoas que podem determinar para nós se uma peça de metal é *realmente* ouro – joalheiros, químicos, físicos atômicos, entre outros.

Nesse ponto, é importante perceber que os próprios especialistas não identificam substâncias por “definições” que não mudam, condições necessárias e suficientes que não mudam. (Relembre o que sustentei em “The analytic and the synthetic”, o artigo que primeiro redigi dez anos antes em Minnesota!) Mesmo os critérios utilizados por especialistas são, por vezes, bastante equivocados. Mas em casos como o de ouro, casos em que há um grande número daquilo que concordamos ser boas amostras do metal puro, exemplos desviantes são declarados como tais quando a ciência descobre que sua natureza não é a mesma que a da grande maioria das amostras aceitas. E se uma amostra é demasiada desviante, decidiremos que não se trata de ouro de modo algum, mesmo se superficialmente pareça ouro. As amostras literalmente não *falam*, mas elas têm um voto decisivo sobre o que conta como um membro da espécie. Em “The meaning of ‘meaning’”, referi às amostras que cumprem essa função como nossos *paradigmas*.

É claro, há espécies naturais que todos identificamos perfeitamente bem sem depender de especialistas, por exemplo, *água*. Mas seria errado achar que a extensão da palavra “água” é fixada simplesmente por propriedades superficiais de água, isto é, que “água” significa “líquido que sacia a sede, que tem tal e tal gosto ... etc.” E seria igualmente um erro dizer que “água” significa “H₂O”. É verdade que a maioria das pessoas educadas agora sabem (ou pensam que sabem) que H₂O é a fórmula química da água, mas falantes educados e falantes não educados não falam línguas diferentes. (Além disso, “água é H₂O” não é precisamente verdadeiro!¹⁰) Água tem o mesmo significado na boca de um falante do inglês cientificamente ignorante quanto na boca de um químico falante do inglês; ambos conhecem o significado de “água” em inglês no sentido de possuir o tipo de competência linguística que toda pessoa que domina a linguagem é obrigada linguisticamente a ter em conexão com essa palavra. Eles referem-se ao mesmo líquido quando usam a palavra. Além disso, falantes que viveram antes de Dalton introduziram a noção moderna de um composto químico referindo-se ao mesmo líquido quando eles usavam o termo “água”. A palavra não muda seu significado toda vez que descobrimos descrições melhores da natureza da água. O significado e a referência de “água” não foi o que mudou; foi o nosso conhecimento da água que mudou. O significado de “água” não é fixado por uma definição, seja em termos de propriedades observáveis da substância, seja em termos de propriedades mencionadas por nossa teoria científica mais recente; é fixada pela natureza de nossos paradigmas de água. Ser água é ser o mesmo líquido que *isto*, onde isto pode ser (quase) qualquer um dos exemplos paradigmáticos de água.

O que descrevi é o raciocínio que me levou à conclusão de que o significado e a referência do termo “água” não estão na cabeça; são fixados por aquilo que se passa no mundo. (Saul Kripke já tinha cogitado ideias semelhantes quando foi membro da *Society of Fellows* de Harvard (1963-1967). Entretanto, não aprendi as concepções de Kripke até 1970, quando notícias de suas palestras em Princeton se espalharam pelo mundo filosófico.)

Apresentei minha concepção em 1968 no Summer Institute em Filosofia da Linguagem em Seattle. (David Kaplan, que estava presente naquelas palestras,

¹⁰ A água normal é na verdade uma superposição quântico-mecânica de H₂O, H₄O₂, H₆O₃ ... Bem pouca água (se é que alguma) é simplesmente H₂O.

certa vez escreveu-me: “lembro-me de você imediatamente me corrigindo [*disabusing*] da ideia de que a intenção de uma palavra para espécie natural [aquilo que determina a extensão em um mundo possível – HP] é algo que ‘apreendemos’, como Carnap teria colocado. Não está na cabeça, como você disse. E quase tão logo você o disse, pareceu-me correto.”) Apresentei uma versão da teoria em uma palestra na Universidade de Minnesota em 1969, e a primeira versão publicada apareceu em 1970, sob o título de “Is semantics possible?” Mas não foi até o dezembro de 1972 que escrevi o primeiro esboço de “The meaning of ‘meaning’”. E foi então que aquilo que se tornou o argumento mais famoso para o externalismo semântico ocorreu-me. Refiro-me ao argumento de “Terra Gêmea”.

O argumento é um experimento mental simples: imagine um planeta como a Terra – chamado “Terra Gêmea” – no qual o líquido que preenche os lagos e rios, que as pessoas bebem etc., não é H₂O mas um composto diferente, XYZ, com características superficiais similares. Os terráqueos gêmeos supostamente são nossos “Doppelgängers”; alguns inclusive falam inglês. Além disso, imaginei ser o ano 1750, portanto anterior à descoberta da composição química da água ou da tágua (“água” de Terra Gêmea). Os terráqueos gêmeos falantes do inglês naturalmente chamam tágua de “água” (e os falantes do francês a chamam de “eau”, e os falantes do alemão a chamam por “Wasser”). A intuição linguística da grande maioria das pessoas que tem considerado este experimento mental é que ao aprender que a “água” de Terra Gêmea não consiste de modo algum de H₂O, nós terráqueos diríamos que “não é realmente água”. A palavra “água” tem um significado diferente em Terra e em Terra Gêmea. A palavra “água” para o terráqueo gêmeo Oscar e a palavra “água” para o Oscar terráqueo são homônimas, mas não sinônimas. Elas não têm o mesmo significado – nem mesmo se o terráqueo Oscar e o terráqueo gêmeo Oscar fossem réplicas microfísicas!

É irrelevante que não exista (possivelmente) o composto XYZ, uma vez que podemos imaginar que nem Oscar nem Oscar gêmeo conhecem esse fato esotérico. (De fato, eu próprio não estou certo de *saber* tal coisa, a menos que ter sido informado disso por um ex-químico-tornado-filósofo-da-ciência conte como “saber”.) A questão é o que diríamos nessas circunstâncias perfeitamente imagináveis, e não o que é quimicamente ou fisicamente possível. Além disso, o exemplo pode ser facilmente modificado para evitar essa objeção (irrelevante), e é isso que eu fiz em um artigo posterior (Putnam, 1986): apenas imagine que a água de Terra Gêmea consiste em 50% de água e 50% de um líquido insípido e não venenoso que não sacia a sede. É claro, terráqueos gêmeos, se seus corpos são como os nossos, teriam de beber mais de sua ‘água’ diariamente do que nós bebemos, mas é plausível supor que falantes comuns não notem isso, e eles não considerariam esse fato como relevante para o significado do vocábulo “água” se o notassem. (Costumava ser o caso de que os britânicos comiam dez vezes mais chocolate por ano do que os americanos, mas ninguém considerava isso uma diferença no significado do vocábulo “chocolate”.) E não é essencial ao experimento mental de Terra Gêmea que Oscar e Oscar de Terra Gêmea sejam réplicas microfísicas, ou que seus cérebros sejam *réplicas* microfísicas: basta que seus cérebros estejam em estados suficientemente similares com respeito àqueles sistemas que habilitam usos apropriados das palavras.

Uma vez que mencionei Saul Kripke, devo também mencionar que, em seu ótimo livro *Naming and necessity*, seu caminho para conclusões similares era por uma *via negativa*: se você pensa que o que queremos dizer por um termo de espécie natural (digamos, “água” ou “ouro”) é fixado por uma definição, então

apenas diga-me qual é a definição. Você rapidamente descobrirá que todas as definições propostas ou pressupõem conhecimento esotérico – por exemplo, o peso preciso do ouro, no caso de uma das sugestões de Locke, ou o fato de que ouro é solúvel em aqua regia (o que quer que isso seja) – conhecimento que certamente a maioria dos falantes não possui – ou têm contraexemplos que são fáceis de encontrar.

Externalismo e percepção

Uma vez que também estou sendo indicado ao prêmio por minha “contribuição ao entendimento da semântica para termos teóricos e de ‘espécies naturais’, e das implicações dessa semântica para a filosofia da linguagem, teoria do conhecimento, filosofia da ciência e metafísica”, quero terminar dizendo algo sobre essas implicações. “The analytic and the synthetic” já tinha uma “aplicação do externalismo semântico para a filosofia da ciência”, mesmo se eu não pensava isso desse modo. Quanto às “implicações para a metafísica”, creio que a área em que há aceitação mais difundida do externalismo, juntamente com divergências fascinantes sobre o que o externalismo *implica*, seja a filosofia da mente, e particularmente a filosofia da percepção. Em “The meaning of ‘meaning’”, disse que os significados não estão na cabeça. Nossos pensamentos verbalizados têm significado apenas em conjunção com nossas transações com objetos em nosso ambiente e com outros falantes. É no contexto de uma rede de interações físicas e sociais, e não apenas em tal contexto, que posso fazer algo como “pensar que o preço do ouro tornou-se bem alto nos últimos anos”. Se pensar esse pensamento é o que uma vez chamei de “estado funcional” (ver Putnam, 1967), não se trata (como equivocadamente acreditei) simplesmente de um “estado computacional” de meu cérebro; a “função” em questão é uma função mundo-envolvente. O pensamento simplesmente não está mais em minha “cabeça” do que o significado da palavra “ouro” está. E se pensamentos não estão na cabeça, então a mente tampouco está na cabeça. A mente não é uma *coisa* com uma localização definida, mas um sistema de habilidades mundo-envolvente e exercícios daquelas atividades. Sobre isso, todos os externalistas em filosofia da mente concordam.¹¹

Chegando à controversa área da percepção, há também algum acordo. A concepção há muito difamada do “realismo ingênuo” segundo a qual temos contato cognitivo direto com coisas externas e várias de suas propriedades, e não apenas com nossos próprios dados dos sentidos, está agora perto de se tornar ortodoxia. Perceber uma maçã é estar consciente *da maçã*, não dos dados dos sentidos, e estamos aptos a estarmos conscientes de coisas como maçãs porque evoluímos para responder às *affordances* apropriadas, para usar o famoso termo de Gibson.

Entretanto, divergências sérias estabelecem-se quando alguém pergunta: “Qual é a função da fenomenologia da percepção, os aspectos de ‘como se parecem’, os ‘qualia’, na transação perceptual com, por exemplo, a maçã?” Há “fenomenistas” sobre qualia, tais como Ned Block (2003), que diriam que embora a percepção seja mundo-envolvente, os próprios *qualia* são estados internos não-conceituais (uma posição com a qual eu mesmo concordo); há pensadores que identificariam nossas sensações visuais (por exemplo) com as próprias propriedades da superfície da maçã (chamemo-los “realistas ultra-ingênuos”) quando a percepção

¹¹ Devo mencionar que algumas implicações do externalismo para a teoria do conhecimento são exploradas em meu experimento mental bem conhecido de “Brains in a vat”. Ver Putnam (1981, pp. 1-21).

é “verídica” (por exemplo, Martin, 2006); há pensadores (Dretske, Tye, e muitos outros) que identificariam nossos qualia com “informações” (e os que diferem entre si a respeito de que *tipo* de “informação”); e há até mesmo pensadores que diriam que, assim como é possível para réplicas microfísicas quererem dizer coisas diferentes por suas palavras se seus ambientes são diferentes, assim também é possível que as sensações visuais de Oscar quando ele olha para o céu azul na Terra sejam o que *eu* chamaria de uma “sensação visual de azul” e a sensação visual de Elmer quando ele olha para o céu azul em Terra Gêmea é o que eu chamaria de “sensação visual de verde”, mesmo se seus cérebros estiverem no mesmo estado (por exemplo, Tye, forthcoming; Tye and Byrne, 2006) (uma posição que acho altamente implausível). Mas não se trata de um manicômio, como um cético (ou um wittgensteiniano) poderia suspeitar! Interações importantes entre pesquisadores nas ciências do cérebro e do comportamento e filósofos já resultaram dessas discussões. Ninguém pode estar certo de como a filosofia e a psicologia da percepção aparentarão daqui a cinquenta anos, mas isso é uma indicação da vitalidade da área. Que as minhas contribuições a algo que soe tão seco quanto “a compreensão da semântica para termos teóricos e de ‘espécies naturais’” tenha ajudado a reavivar o interesse pela metafísica da percepção dá-me grande prazer.

* * *

Referências:

BLOCK, N. Mental paint. In: Hahn, M.; Ramberg, B. (Eds.). **Reflections and replies: essays on the philosophy of Tyler Burge**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2003.

DAVIDSON, D. Truth and meaning. In: **Synthese**, v. 17, 1967.

KATZ, J. Review of semantic analysis. In: **Language**, v. 38, n. 1, 1962.

MARTIN, M. On being alienated. In: Hawthorne, J.; Gendler, T. S. (Eds.). **Perceptual experience**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

PUTNAM, H. Synonymity, and the analysis of belief sentences. In: **Analysis**, v. 14, 1954.

_____. Memo on ‘conventionalism’. **Minnesota Center for the Philosophy of Science**, v. 22, 1959.

_____. The analytic and the synthetic. In: Feigl, H.; Maxwell, G. (Eds.), Scientific explanation, space and time. In: **Minnesota Studies in Philosophy of Science**, Minneapolis : University of Minnesota Press, 1962. v. 3

_____. Robots, machines or artificially created life. In: **Journal of Philosophy**, v. 61, 1964.